



TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 00.394.460/0117-71, com sede na Alameda Santos, n.º 610, Jardim Paulista, São Paulo/SP, neste ato representada pelos Procuradores da Fazenda subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

1001 INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 61.508.537/0001-51, com endereço na Rua Dias da Silva, n.º 11, Vila Maria – São Paulo Capital, CEP:02114-010, doravante denominada “Requerente”.

PAGE INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 60.860.970/0001-99, com endereço na Rua Dias da Silva, n.º 19, Vila Maria – São Paulo Capital, CEP:02114-010, doravante denominada “Requerente”.

FLEXOMARINE S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 02.746.406/0001-43, com endereço na Rua Dias da Silva, n.º 11, Vila Maria – São Paulo Capital, CEP:02114-010, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominada “Requerente”.

[REDACTED] brasileira, casada com separação total de bens, portadora da cédula de identidade RG n.º [REDACTED] devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED], residente à rua [REDACTED] doravante denominado (a) “Fiador(a)”.

[REDACTED] brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG n.º [REDACTED] devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED] residente à rua [REDACTED] doravante denominado (a) “Fiador(a)”.

[REDACTED] brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG n.º [REDACTED] devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED]



_____ residente à rua _____

_____ fiadora, doravante denominado (a) “Fiador(a)”.

Cada uma das partes também denominada, individualmente, “Parte” e, conjuntamente, “Partes”, têm justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação”), com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional, CTN), na Lei nº 13.988/2020 e na Portaria PGFN nº 6.757/2022.

1. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO E DO PASSIVO FISCAL

1.1. A presente transação tem por objeto a regularização da situação fiscal das Requerentes perante a Procuradoria da Fazenda Nacional, a redução de litígios e mediante concessões mútuas, compatibilizar os interesses das Partes quanto à redução dos riscos e ônus associados ao inadimplemento tributário e à cobrança forçada, promovendo a satisfação do crédito público dentro dos limites da capacidade de pagamento das Requerentes a fim de garantir a sobrevivência da atividade produtiva.

1.2. O passivo fiscal transacionado é composto pelos débitos não regularizados indicados no Anexo I. A Transação objetiva o equacionamento da totalidade dos débitos inscritos em Dívida Ativa existente na data da assinatura deste acordo (“Dívida Transacionada”), de forma que todos os débitos inscritos exigíveis na data da assinatura deste Termo serão incluídos na transação.

1.3. Os débitos ainda sob a administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) poderão ser incluídos na conta de transação assim que inscritos em dívida ativa da União, desde que o período de apuração seja até a data da assinatura do presente Termo.

1.4. Os débitos citados na cláusula anterior serão consolidados na mesma conta das inscrições do anexo I, o que gerará saldo devedor nas parcelas que deverá ser quitado até o último dia útil do mês da revisão da consolidação.

1.5. Enquanto vigente a Transação, a Dívida consolidada e transacionada ficará com a exigibilidade suspensa em virtude do parcelamento, nos termos do art. 151, VI, do CTN e conforme previsão do art. 3º, §2º da Lei 13.988/2020.



2. DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA

2.1. Considerando: a) a situação econômica das Requerentes; b) a necessidade de viabilizar a superação da sua situação transitória de crise; c) os valores envolvidos, a situação das dívidas e o *rating* das Requerentes, serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da Dívida Transacionada, discriminadas em tabela constante do Anexo II:

2.1.1. Os débitos de FGTS de PAGE IND. DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA, CNPJ 60.860.970/0001-99, serão quitados integralmente à vista (Modalidade 14 para o FGTS e Modalidade 7 para a Contribuição Social);

2.1.2. Os débitos de FGTS de 1001 INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA, CNPJ 61.508.537/0001-51 serão quitados na Modalidade 60 para o FGTS e Modalidade 7 para a Contribuição Social;

2.1.3. Os débitos de FGTS de FLEXOMARINE S/A - 02.746.406/0001-43 serão quitados na Modalidade 60 para o FGTS e Modalidade 7 para a Contribuição Social;

2.1.4. Desconto máximo de aproximadamente 58,25% (cinquenta e oito inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) a cada uma das CDAs DEMAIS E PREV, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos);

2.1.5. Pagamento da Dívida Transacionada, de natureza não previdenciária ("Dívida Transacionada – Demais Débitos"), em 60 (sessenta) prestações mensais iguais e sucessivas, na forma discriminada no Anexo II;

2.1.6. Pagamento da Dívida Transacionada, de natureza previdenciária ("Dívida Transacionada – Previdenciária"), em 60 (sessenta) prestações mensais iguais e sucessivas, na forma discriminada no Anexo II;

2.1.7. Utilização de crédito decorrente de Prejuízo Fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, limitado a 70% do saldo da dívida após a aplicação dos descontos, nos termos dos artigos 35 a 39 da Portaria PGFN nº 6.757/2022, no valor aproximado de R\$ 42.104.155,44 (Quarenta e dois milhões cento e quatro mil cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos);



- 2.2. A cobrança do saldo liquidado com uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ficará suspensa até a confirmação dos créditos utilizados pela autoridade competente, dentro do prazo legal de cinco anos da sua utilização,
- 2.3. Mantém-se as garantias dos débitos eventualmente existentes até a quitação integral do saldo devedor do Acordo de Transação.
- 2.4. O valor de cada amortização mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial e atualizada do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da assinatura do presente Acordo até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.
- 2.5. Os pagamentos serão efetuados até o último dia útil de cada mês, por meio de DARF emitida pelas Requerentes através da plataforma REGULARIZE, sendo o primeiro no mês da assinatura do presente acordo de transação.
- 2.6. Eventuais créditos que a Requerente venha a dispor, por precatório, levantamento de depósito judicial ou qualquer outro meio, perante a União, deverão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação. Estes mesmos créditos, quando obtidos perante outros entes federados, poderão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação.
- 2.7. Os valores descritos no item 2.6 obrigatoriamente serão revertidos para as contas da transação individual, ainda que para tanto, seja necessário reduzir o montante de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, em cumprimento ao disposto no artigo 36, inciso III, da Portaria PGFN nº 6.757/2022.
- 2.8. A formalização da Transação importa em confissão irrevogável e irretratável dos débitos objeto do negócio, nos termos do art. 174, § único, IV, do Código Tributário Nacional (CTN), servindo para suspender e interromper o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do Acordo, a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação seja parcial.
- 2.9. A Dívida Transacionada somente será extinta quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração desta Transação.



3. DAS GARANTIAS

3.1. O presente acordo de Transação será garantido por fiança, cujo encargo recairá sobre a pessoa dos sócios da empresa requerente:

3.1.1. [REDACTED] brasileira, casada com separação total de bens, portadora da cédula de identidade RG nº [REDACTED] devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] residente à rua [REDACTED] [REDACTED]

3.1.2. [REDACTED] brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG [REDACTED] devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] residente à rua [REDACTED] [REDACTED] e [REDACTED]

3.1.3. [REDACTED] brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG [REDACTED] devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] residente à rua [REDACTED] [REDACTED]

3.2. Os fiadores renunciam expressa e voluntariamente o benefício de ordem disciplinado no art. 827, parágrafo único, c/c art. 828, I, do Código Civil, responsabilizando-se solidariamente com os devedores principais pelo total da dívida consolidada (sem os descontos), em caso de inadimplemento.

3.3. A Transação será garantida, também, pelos imóveis matriculados sob os números 1627 do 17º CRI de São Paulo avaliado em R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais) e 14.012 do 17º CRI de São Paulo avaliado em R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais), penhorados nos autos da Execução Fiscal 0018458-12.2009.4.03.6182.

3.4. A formalização do presente acordo implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial.

4. DA POSSIBILIDADE DE ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DADOS EM GARANTIA



- 4.1. Os bens referenciados na cláusula 3.3 poderão ser objeto de alienação pelas Requerentes, mediante prévia anuência da Fazenda Nacional.
- 4.2. A alienação, livre de qualquer ônus para o adquirente, fica condicionada à inclusão da Fazenda Nacional como interveniente anuente do contrato de compra e venda e o valor arrecadado destinado à quitação das parcelas vincendas da presente transação.
- 4.3. Os Requerentes anuem com a utilização do sistema COMPREI, nos termos da Portaria PGFN/ME nº 3.050/2022 e pela Instrução Normativa CGR nº 40/2022, para eventual alienação dos bens já penhorados em Execuções Fiscais.

5. DOS LITÍGIOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

- 5.1. As Requerentes reconhecem e confessam, de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como sua solidária responsabilidade pelo pagamento dela, confissão essa renovada a cada pagamento periódico, abstendo-se de discuti-las em ação judicial presente ou futura.
- 5.2. As Requerentes reconhecem a corresponsabilidade entre si, em relação a todos os débitos tratados nesta transação individual nos termos dos arts. 124, I, 132 e 133 do CTN;
- 5.3. Expressa e irrevogavelmente, as Requerentes desistem das impugnações, PRDIs ou dos recursos interpostos e das ações judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada e, cumulativamente, renunciam a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam a discussão judicial, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada, o que deverá ser feito por meio de requerimento de extinção do respectivo expediente e/ou processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.
- 5.4. A desistência e a renúncia de que trata a cláusula anterior não exime às Requerentes do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.
- 5.5. Em até 60 (sessenta) dias após a assinatura deste termo, as Requerentes deverão peticionar nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para noticiar ao juízo a celebração desta Transação, desistir da impugnação, recurso ou ação e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, confessando a dívida de forma irrevogável e irretratável e requerendo a transformação em pagamento definitivo de depósitos judiciais eventualmente existentes.



5.6. Durante o período de vigência desta Transação, a Fazenda Nacional não se oporá à suspensão das execuções fiscais e não serão adotadas outras medidas executivas, além das previstas no presente instrumento.

5.7. Os depósitos judiciais eventualmente vinculados aos débitos e ações judiciais objeto do presente Acordo serão imediatamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da União, com a devida imputação dos respectivos valores nas CDAs, antes da consolidação da conta de Transação.

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

6.1.1. Presumir a boa-fé das Requerentes em relação às declarações prestadas no momento da formalização da transação;

6.1.2. Notificar as Requerentes sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício;

6.1.3. Tornar públicas todas as negociações firmadas com as Requerentes, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

6.1.4. Prestar às Requerentes os esclarecimentos que se fizerem necessários no curso da transação;

6.2. As Requerentes aceitam as condições da transação e assumem as seguintes obrigações:

6.2.1. Declarar, sob as penas da lei, que preenchem os requisitos da Lei 13.988/2020 para gozo dos benefícios específicos da presente modalidade de transação;

6.2.2. Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;



6.2.3. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

6.2.4. Declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;

6.2.5. Declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

6.2.6. Declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

6.2.7. Declarar a inexistência de outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em seu favor;

6.2.8. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional às suas declarações e escritas fiscais;

6.2.9. Manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

6.2.10. Não distribuir dividendos aos acionistas acima do mínimo legal;

6.2.11. Regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e/ou a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

6.2.12. Não alienar, no curso da Transação, bens ou direitos próprios que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos neste termo, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional, bem como demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento das obrigações contraídas com a celebração da



transação em caso de alienação ou de oneração de bens ou direitos integrantes do respectivo ativo não circulante;

6.2.13. Manter-se regular e em dia com as Transações e Parcelamentos em curso, quitando mensalmente as parcelas devidas;

6.2.14. Manter, durante 5 anos, os livros e os documentos exigidos pelas normas fiscais, inclusive comprobatórios dos montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, promovendo, nesse caso, a baixa dos valores nos respectivos livros fiscais.

6.2.15. Manter-se optante pela tributação pelo regime do lucro real durante toda a vigência do acordo, em caso de utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na presente transação.

7. HIPÓTESES DE RESCISÃO

7.1. Implicará rescisão da Transação:

7.1.1. A permanência de 3 (três) parcelas não quitadas integralmente, consecutivas ou não;

7.1.2. A falta de pagamento das duas últimas ou da última parcela da Transação;

7.1.3. A constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;

7.1.4. A decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da Requerente;

7.1.5. A concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397/1992;

7.1.6. A declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430/1996;



7.1.7. O descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

7.1.8. O não peticionamento nos prazos previstos, pela(s) Requerente(s), nos processos administrativos e judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: a) noticiar aos juízos a celebração do acordo de transação individual; b) confessar de forma irrevogável e irretratável os débitos; c) solicitar a transformação em pagamento definitivo dos valores bloqueados e/ou depositados nas ações judiciais objeto do presente acordo;

7.1.9. O descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição deste termo de transação, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação.

7.1.10. A constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas no Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive com relação aos documentos contábeis e fiscais;

7.1.11. A constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da Requerente como forma de fraudar o cumprimento da Transação;

7.1.12. A comprovação de que as Requerentes se utilizam de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;

7.1.13. A comprovação de que as Requerentes incorreram em fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, e não reservaram bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita;

7.1.14. A não confirmação do Prejuízo Fiscal e/ou da Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente, nos termos do art. 39 da Portaria PGFN nº 6.757/22, sem o correspondente recolhimento, via DARF, em até 30 dias, da diferença apontada, em caso de utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na presente transação;

7.2. A rescisão da transação implicará:



7.2.1. A exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com o prosseguimento das execuções fiscais relacionadas aos créditos cuja exigibilidade estava suspensa, inclusive com a possibilidade de prática de atos de constrição e de alienação pelos juízos que as processam, deduzidos os valores pagos, exceto se decretada a falência da Requerente;

7.2.2. A execução automática das garantias;

7.3. Rescindida a Transação, é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data da rescisão, a formalização de nova transação, em qualquer modalidade, ainda que relativa a débitos distintos, nos termos do art. 77, III, da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

7.4. As Requerentes serão notificadas sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação, por meio eletrônico, através do portal REGULARIZE ou de endereço eletrônico lá cadastrado.

7.5. As Requerentes poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar o vício ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos os seus termos durante esse período.

7.5.1. A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos.

7.5.2. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE, cabendo às Requerentes acompanhar a respectiva tramitação.

7.5.3. A impugnação será apreciada pelo Procurador da Fazenda Nacional da unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.

7.5.4. As Requerentes serão notificadas da decisão por meio da plataforma REGULARIZE, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

7.5.5. O recurso administrativo deverá ser apresentado através da plataforma REGULARIZE e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

7.5.6. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à autoridade superior.

7.5.7. A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida na 3ª Região.

7.5.8. Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pelas Requerentes, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irresignação.

7.6. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da Transação, as Requerentes deverão cumprir todas as exigências do acordo.

7.7. Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da Transação.

7.8. Julgado improcedente o recurso, a Transação será definitivamente rescindida.

7. DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

7.1. A dívida inscrita transacionada não constituirá impedimento à emissão de certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa em favor das Proponentes, desde que considerados cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), enquanto vigente o acordo e o pagamento das parcelas estiver regular.

7.2. Nos termos do art. 156, III, do CTN, os débitos objeto da transação individual somente serão extintos quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração do acordo, inclusive a confirmação do Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A celebração do presente acordo de transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pela(s) Requerente(s), nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

8.2. A celebração desta transação não impede a regular incidência de juros, pelo índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários da União, e demais acréscimos legais sobre os débitos transacionados.

8.3. A Transação foi autorizada na forma prevista nos artigos 60 a 61 da Portaria PGFN nº 6.757/2022 (SEI nº 19839.004747/2024-98) e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas Partes.

8.4. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo para dirimir questões relativas ao presente termo de Transação.

8.5. Os casos omissos observarão o disposto na Portaria PGFN nº 6.757/2022.

9. DOS ANEXOS

9.1. São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

Anexo I: Relação das Certidões de Dívida Ativa incluídas na Transação;

Anexo II: Plano de pagamento acordado;

São Paulo, 28 de novembro de 2024.

SIRLAINE LAGE
BONIFACIO MARCUCCI
Assinado de forma digital por SIRLAINE
LAGE BONIFACIO MARCUCCI
PRACUCHO
Dados: 2024.12.27 19:30:54 -03'00'

Sirlaine Lage Bonifácio M. Pracucho

Procurador da Fazenda Nacional



Documento assinado digitalmente
ANA CAROLINA BARROS VASQUES
Data: 30/12/2024 10:12:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Carolina Barros Vasques

Procuradora-Chefe da Dívida Ativa na 3ª Região



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

JOAO GUILHERME DE MOURA
ROCHA PARENTE

Assinado de forma digital por JOAO
GUILHERME DE MOURA ROCHA PARENTE
MUNIZ

Dados: 2024.12.30 15:32:18 -03'00'

João Guilherme de Moura R. P. Muniz

Procurador-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região



Cristiano Neuenschwander L. de Moraes

Coordenador-Geral de Negociação da Procuradoria-Geral Adjunto da Dívida Ativa da União
e do FGTS

Acia Shina *Shina*

1001 Indústria de Artefatos de Borracha LTDA

CNPJ: 61.508.537/0001-51

Acia Shina *Shina*

Page Ind. de Artefatos de Borracha

CNPJ: 60.860.970/0001-99

Camila F. Leite

Leite

Flexomarine S/A

CNPJ: 02.746.406/0001-43

Leite

Gustavo Loureiro Ferreira Leite

CPF: [REDACTED]



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

Aciaônia

[Redacted]

CPF: [Redacted]

[Signature]

[Redacted]

CPF: [Redacted]



ANEXO I - CDAs incluídas na Transação

CNPJ: 61.508.537/0001-51 1001 INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA

1. CSSP202203356	32. 80 6 12 043268-48	63. 80 6 19 225240-20
2. FGSP202203355	33. 80 6 12 044013-00	64. 80 7 19 072305-82
3. FGSP199902128	34. 80 6 13 081640-03	65. 80 6 19 253380-07
4. CSSP201800479	35. 80 7 04 003500-89	66. 80 7 19 078947-40
5. FGSP201800478	36. 80 7 06 011526-08	67. 80 2 20 054618-76
6. 80 6 04 061538-30	37. 80 7 08 005247-77	68. 80 6 20 118050-25
7. 80 7 04 014858-91	38. 80 7 11 029833-91	69. 80 6 20 118056-10
8. 80 6 05 024066-80	39. 80 7 12 018089-62	70. 80 7 20 027136-76
9. 80 7 05 007550-99	40. 80 7 13 028129-65	71. 80 2 21 079102-89
10. 80 3 15 003001-63	41. 80 7 15 034756-05	72. 80 4 21 264366-99
11. 80 4 15 009513-23	42. 80 2 17 031331-75	73. 80 4 21 264367-70
12. 80 6 15 127812-10	43. 80 4 17 134633-93	74. 80 4 21 264368-50
13. 80 6 15 127813-09	44. 80 6 17 073628-87	75. 80 4 21 264369-31
14. 80 2 04 011479-90	45. 80 6 17 073629-68	76. 80 4 21 264376-60
15. 80 2 15 040530-58	46. 80 7 17 029324-45	77. 80 4 21 264377-41
16. 80 2 81 312756-19	47. 80 5 18 015839-40	78. 80 4 21 264380-47
17. 80 2 82 302182-06	48. 80 5 18 015840-84	79. 80 4 21 264381-28
18. 80 2 97 055172-78	49. 80 5 18 015841-65	80. 80 4 21 264382-09
19. 80 2 97 056526-47	50. 80 5 18 015842-46	81. 80 4 21 264383-90
20. 80 2 99 021821-71	51. 80 5 18 015843-27	82. 80 6 21 157638-76
21. 80 3 00 001248-99	52. 80 6 19 025418-17	83. 80 6 21 157639-57
22. 80 3 11 003079-18	53. 80 2 19 078977-50	84. 80 6 21 157645-03
23. 80 3 16 005579-80	54. 80 6 19 132393-43	85. 80 7 21 043961-90
24. 80 3 82 303772-55	55. 80 6 19 132411-60	86. 80 2 21 117802-89
25. 80 3 82 305621-50	56. 80 7 19 044493-03	87. 80 4 21 458761-86
26. 80 3 82 309796-54	57. 80 2 19 100088-13	88. 80 4 21 458762-67
27. 80 4 00 000198-12	58. 80 6 19 172128-06	89. 80 4 21 458763-48
28. 80 6 04 012026-04	59. 80 6 19 172131-01	90. 80 4 21 458764-29
29. 80 6 06 038312-70	60. 80 6 19 172134-46	91. 80 4 21 458765-00
30. 80 6 11 125539-29	61. 80 7 19 059338-37	92. 80 4 21 458766-90
31. 80 6 12 043267-67	62. 80 2 19 117170-87	93. 80 4 21 458767-71



94. 80 4 21 458768-52	128. 80 4 23 039526-43	162. 80 6 12 008707-30
95. 80 6 21 239722-25	129. 80 6 23 033422-97	163. 80 7 08 000051-50
96. 80 7 21 062317-75	130. 80 7 23 009550-82	164. 80 7 96 003967-60
97. 80 2 21 133850-50	131. 80 4 23 764842-75	165. 80 7 98 001872-00
98. 80 4 21 521695-89	132. 80 4 23 764843-56	166. 80 3 17 002176-42
99. 80 4 21 521696-60	133. 80 4 23 764844-37	167. 80 3 19 004740-88
100. 80 4 21 521697-40	134. 80 4 23 764845-18	168. 80 3 19 007939-30
101. 80 4 21 521699-02	135. 80 4 23 764846-07	169. 80 3 20 002613-02
102. 80 4 21 521700-80	136. 80 4 23 764847-80	170. 80 7 20 024216-24
103. 80 4 21 521701-61	137. 80 4 23 764848-60	171. 80 3 21 004289-93
104. 80 4 21 521702-42	138. 80 4 23 764849-41	172. 80 3 21 009455-48
105. 80 6 21 266770-03	139. 80 4 23 764850-85	173. 80 3 22 002251-30
106. 80 2 21 156926-43	140. 80 2 23 081751-01	174. 80 3 22 002651-90
107. 80 4 21 611020-76	141. 80 6 23 182516-16	175. 80 6 22 140061-35
108. 80 4 21 611021-57	142. 80 7 23 050529-35	176. 80 3 23 001403-30
109. 80 4 21 611022-38	143. 80 4 24 173325-55	177. 80 3 24 003377-48
110. 80 4 21 611023-19	144. 80 4 24 173326-36	178. 129750913
111. 80 4 21 611024-08	145. 80 4 24 173327-17	179. 129750921
112. 80 4 21 611025-80	146. 80 4 24 173328-06	180. 318215730
113. 80 4 21 611026-61	147. 80 4 24 173329-89	181. 322916658
114. 80 4 21 611027-42	148. 80 4 24 173330-12	182. 322916666
115. 80 4 21 611028-23	149. 80 4 24 173331-01	183. 322916674
116. 80 6 21 305845-61	150. 80 4 24 173332-84	184. 322922160
117. 80 6 22 047880-50	151. 80 6 24 028937-47	185. 353370754
118. 80 7 22 014470-03	152. 80 7 24 007884-39	186. 353370762
119. 80 6 22 105315-88	153. 80 3 14 002327-00	187. 354189778
120. 80 4 23 039518-33	154. 80 6 14 112651-51	188. 357181271
121. 80 4 23 039519-14	155. 80 6 15 000333-10	189. 360065996
122. 80 4 23 039520-58	156. 80 3 15 002096-70	190. 361164068
123. 80 4 23 039521-39	157. 80 3 07 000451-50	191. 370264258
124. 80 4 23 039522-10	158. 80 3 11 003723-02	192. 393502295
125. 80 4 23 039523-09	159. 80 3 98 000713-00	193. 418093962
126. 80 4 23 039524-81	160. 80 6 08 000141-60	194. 418093970
127. 80 4 23 039525-62	161. 80 6 11 001267-45	195. 140249044



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

196.	140249052	200.	148473334	204.	171090390
197.	143937065	201.	149002319	205.	177876085
198.	143937073	202.	149002327	206.	177876093
199.	148473326	203.	171090381		

CNPJ: 02.746.406/0001-43 – FLEXOMARINE S.A

1. CSSP202101806	26. 80 2 19 009821-75	51. 80 2 20 118686-99
2. CSSP202102310	27. 80 3 19 000801-10	52. 80 6 20 225835-17
3. FGSP202101805	28. 80 6 19 017970-87	53. 80 2 21 014054-00
4. FGSP202102309	29. 80 2 19 018693-05	54. 80 6 21 028712-84
5. 80 2 13 053816-40	30. 80 6 19 032232-23	55. 80 2 21 065178-18
6. 80 2 14 020098-07	31. 80 5 19 005757-41	56. 80 6 21 134208-40
7. 80 3 14 001183-39	32. 80 5 19 005758-22	57. 80 2 21 095260-95
8. 80 3 14 003969-08	33. 80 5 19 005759-03	58. 80 4 21 324641-86
9. 80 3 13 003224-22	34. 80 5 19 005760-47	59. 80 4 21 324642-67
10. 80 6 13 113036-63	35. 80 5 19 005761-28	60. 80 4 21 324643-48
11. 80 6 13 113037-44	36. 80 2 19 096607-31	61. 80 4 21 324644-29
12. 80 7 13 037288-79	37. 80 4 19 202398-98	62. 80 4 21 324645-00
13. 80 3 17 001140-88	38. 80 6 19 165355-12	63. 80 4 21 324646-90
14. 80 4 17 132823-30	39. 80 2 19 103508-13	64. 80 4 21 324647-71
15. 80 2 18 000948-39	40. 80 6 19 184644-93	65. 80 4 21 324648-52
16. 80 6 18 001753-58	41. 80 6 19 184656-27	66. 80 2 21 131489-46
17. 80 6 18 018401-69	42. 80 2 19 107044-88	67. 80 4 21 512304-62
18. 80 3 18 001187-78	43. 80 6 19 205035-49	68. 80 4 21 512305-43
19. 80 3 18 001349-78	44. 80 2 19 125931-10	69. 80 4 21 512306-24
20. 80 4 18 003167-12	45. 80 6 19 261832-60	70. 80 4 21 512307-05
21. 80 5 18 015832-74	46. 80 6 19 261852-04	71. 80 4 21 512308-96
22. 80 5 18 015833-55	47. 80 2 20 012022-80	72. 80 4 21 512323-25
23. 80 5 18 015834-36	48. 80 6 20 021567-10	73. 80 4 21 512341-07
24. 80 5 18 015835-17	49. 80 2 20 069733-90	74. 80 4 21 512342-98
25. 80 5 18 015836-06	50. 80 6 20 147788-27	75. 80 4 21 512343-79



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

76. 80 4 21 512344-50	98. 80 4 24 149678-43	120. 141891041
77. 80 4 21 512345-30	99. 80 4 24 149679-24	121. 467568545
78. 80 6 21 259104-56	100. 80 4 24 149880-93	122. 490779670
79. 80 2 21 145503-06	101. 80 4 24 149881-74	123. 147816220
80. 80 6 21 293343-44	102. 80 4 24 149882-55	124. 147816238
81. 80 2 22 019033-71	103. 80 4 24 149883-36	125. 148206158
82. 80 6 22 040370-89	104. 80 3 24 001789-25	126. 148206166
83. 80 3 22 002755-87	105. 80 4 24 469111-18	127. 161229891
84. 80 2 23 058018-93	106. 80 4 24 469112-07	128. 161229905
85. 80 4 23 721483-43	107. 80 4 24 469113-80	129. 127011927
86. 80 4 23 721484-24	108. 80 4 24 469114-60	130. 127011935
87. 80 4 23 721485-05	109. 80 4 24 469115-41	131. 430949154
88. 80 4 23 721486-96	110. 80 4 24 469116-22	132. 430949219
89. 80 4 23 721487-77	111. 80 4 24 469117-03	133. 430949227
90. 80 4 23 721488-58	112. 80 4 24 469118-94	134. 430949235
91. 80 4 23 721489-39	113. 80 4 24 469119-75	135. 430949286
92. 80 4 23 721490-72	114. 80 2 24 070143-43	136. 431319065
93. 80 4 23 721491-53	115. 132351617	137. 198001096
94. 80 4 24 149674-10	116. 467096252	
95. 80 4 24 149675-09	117. 467568553	
96. 80 4 24 149676-81	118. 490779689	
97. 80 4 24 149677-62	119. 141891033	

CNPJ: 60.860.970/0001-99 PAGE INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA

1. CSSP202203323	9. 80 2 04 010785-72	17. 80 3 11 003026-06
2. FGSP202203322	10. 80 2 06 024791-32	18. 80 3 12 002230-90
3. 80 6 05 023378-58	11. 80 2 06 072281-62	19. 80 3 12 002231-71
4. 80 7 05 007230-57	12. 80 2 09 006123-02	20. 80 3 12 002232-52
5. 80 2 05 016727-51	13. 80 3 04 000435-51	21. 80 3 12 002233-33
6. 80 3 14 001918-42	14. 80 3 05 000665-29	22. 80 3 98 004345-51
7. 80 6 16 004280-15	15. 80 3 06 000632-97	23. 80 3 98 004346-32
8. 80 6 16 004284-49	16. 80 3 06 003757-79	24. 80 3 98 004347-13



25. 80 5 00 007774-98	59. 80 6 18 041152-79	93. 80 6 21 301513-71
26. 80 6 04 011408-20	60. 80 3 18 000803-55	94. 80 3 22 001822-28
27. 80 6 06 037928-60	61. 80 6 18 089332-78	95. 80 6 22 054273-28
28. 80 6 06 152390-96	62. 80 2 19 078176-68	96. 80 7 22 017209-74
29. 80 6 11 125019-61	63. 80 3 19 004613-42	97. 80 3 22 002866-00
30. 80 6 12 043266-86	64. 80 6 19 131281-93	98. 80 6 22 108368-50
31. 80 6 12 043334-61	65. 80 6 19 131288-60	99. 80 7 22 033169-17
32. 80 6 12 043335-42	66. 80 7 19 044039-07	100. 80 3 23 002107-20
33. 80 6 13 081238-20	67. 80 2 19 121521-72	101. 80 6 23 084751-04
34. 80 6 13 081239-00	68. 80 3 19 008496-69	102. 80 6 23 084798-60
35. 80 6 14 068486-75	69. 80 6 19 233665-77	103. 80 7 23 019086-14
36. 80 6 16 141547-45	70. 80 7 19 075442-50	104. 80 4 23 655862-92
37. 80 6 98 046585-02	71. 80 3 19 009220-99	105. 80 4 23 655863-73
38. 80 6 98 046586-93	72. 80 6 19 288613-47	106. 80 4 23 655864-54
39. 80 7 04 003217-39	73. 80 6 19 288615-09	107. 80 4 23 655865-35
40. 80 7 06 011325-00	74. 80 7 19 081440-19	108. 80 4 23 655866-16
41. 80 7 11 029643-38	75. 80 2 20 051702-00	109. 80 4 23 655867-05
42. 80 7 12 017731-31	76. 80 3 20 002441-30	110. 80 4 23 655868-88
43. 80 7 12 017761-57	77. 80 6 20 111735-50	111. 80 3 24 000457-04
44. 80 7 12 017763-19	78. 80 6 20 111740-17	112. 80 4 24 118319-08
45. 80 7 14 014779-78	79. 80 6 20 111745-21	113. 80 4 24 118320-41
46. 80 7 16 000974-82	80. 80 7 20 025673-27	114. 80 4 24 118321-22
47. 80 7 16 001037-17	81. 80 3 20 005225-56	115. 80 4 24 118509-61
48. 80 7 16 001175-05	82. 80 6 20 202939-53	116. 80 4 24 118510-03
49. 80 7 16 047268-59	83. 80 7 20 046063-11	117. 80 4 24 118511-86
50. 80 7 98 008314-01	84. 80 2 21 079005-69	118. 80 4 24 118512-67
51. 80 2 17 031106-39	85. 80 3 21 004284-89	119. 80 4 24 118513-48
52. 80 3 17 001950-61	86. 80 6 21 157452-07	120. 80 4 24 118514-29
53. 80 4 17 134595-23	87. 80 6 21 157453-80	121. 80 6 24 020064-06
54. 80 6 17 073301-79	88. 80 7 21 043921-00	122. 80 6 24 020117-52
55. 80 6 17 073302-50	89. 80 3 21 006598-80	123. 80 6 24 020132-91
56. 80 7 17 029200-05	90. 80 6 21 227823-17	124. 80 7 24 005278-05
57. 80 2 18 002925-50	91. 80 7 21 061228-01	125. 80 3 24 003399-53
58. 80 3 18 000354-81	92. 80 3 21 009114-81	126. 80 4 24 808050-82



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociações

127.	80 4 24 808051-63	140.	324645902	153.	137357621
128.	80 4 24 808052-44	141.	364010479	154.	143935925
129.	80 4 24 808053-25	142.	364010487	155.	143935933
130.	80 4 24 808054-06	143.	367757559	156.	171242122
131.	80 4 24 808055-97	144.	367757567	157.	171242130
132.	80 4 24 808056-78	145.	393486435	158.	180218816
133.	80 4 24 808057-59	146.	393486443	159.	180218824
134.	80 6 24 136244-08	147.	492086362	160.	188395997
135.	80 6 24 136492-22	148.	492086370	161.	188396004
136.	80 7 24 036693-84	149.	556402995	162.	193004356
137.	322942519	150.	556403002	163.	193004364
138.	322942527	151.	556706536		
139.	323730221	152.	137357613		

ANEXO II – Do plano de pagamento

	Período	Parcelas	%Dívida
DEMAIS	Faixa 1	1 a 60 (lineares)	100%
PREV	Faixa 1	1 a 60 (lineares)	100%

FGTS

Requerente	DÉBITO	MODALIDADE	PARCELAS	% DÍVIDA
1001 IND.	FG	60	60	100%
1001 IND.	CS	7	1	100%
FLEXOMARINE	FG	60	60	100%
FLEXOMARINE	CS	7	1	100%
PAGE	FG	14	1	100%
PAGE	CS	7	1	100%